

Demonstrações Financeiras

Central Eólica Praias de Parajuru S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
5. CONTAS A RECEBER – ELETROBRAS	19
6. IMPOSTOS A RECUPERAR	19
7. DEPÓSITOS VINCULADOS	19
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	20
9. FORNECEDORES	21
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21
11. PROVISÕES PARA RISCOS	23
12. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	24
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
14. RECEITA	26
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	27
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	27
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	29
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	30
20. COMPROMISSOS	33
21. SEGUROS	34
22. ATAQUE CIBERNÉTICO	34
23. EVENTOS SUBSEQUENTES	35
PARECER DO CONSELHO FISCAL	36
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$70.560 mil, representado por 70.560.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro de R\$9.741 mil em 2020, em comparação ao lucro de R\$14.425 mil em 2019. A redução de 32,47% no lucro deve-se, principalmente, à redução da receita com venda de energia.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$36.573 mil em 2020, em comparação a R\$42.763 mil em 2019, representando uma redução de 14,48%. Essa redução decorre, principalmente, do menor ajuste na receita em 2020, no montante de R\$1.106 mil, devido à redução da energia gerada. Em 2020, alguns aerogeradores apresentaram problemas técnicos e não funcionaram com sua capacidade máxima. A Companhia implementou um plano de ação e a reforma desses aerogeradores está em curso. Em comparação, no ano de 2019 houve um ajuste no montante de R\$8.394 mil. Esse ajuste representa que a energia efetivamente gerada foi maior que a energia contratada, conforme nota explicativa nº 5.

Deduções à Receita Operacional

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.477 mil em 2020, comparados a R\$1.711 mil em 2019, representando uma redução de 13,68%, que acompanha a redução da receita.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$20.657 mil em 2020, em comparação a R\$21.898 mil em 2019, representando uma redução de 5,67%. Essa redução decorre, principalmente, do reconhecimento em 2019 de despesas não recorrentes relacionadas a baixa de ativos e provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2020 correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$3.867 mil, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$4.531 mil em 2019, representando uma redução de 14,65%. Essa redução decorre, principalmente, do aumento da receita de juros sobre mútuos e pela redução da despesa de juros sobre empréstimos, parcialmente compensados pelo aumento da despesa com variação monetária da provisão para desmobilização de ativos. Mais informações vide nota explicativa nº 16.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2020, a Companhia apurou o montante de R\$2.308 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Comparativamente, em 2019 a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.909 mil. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento da receita de juros sobre mútuos. Mais informações vide nota explicativa nº 17.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais. Em 2020, o LAJIDA da Companhia foi de R\$25.141 mil (R\$30.071 mil em 2019) e a Margem do LAJIDA foi de 68,74% (70,32% em 2019).

R\$ mil	2020	2019	Var. %
Resultado Líquido	9.741	14.425	(32,47)
Despesa de IR e CS	2.308	1.909	20,90
Resultado Financeiro	3.867	4.531	(14,65)
Amortização e Depreciação	9.225	9.206	0,21
LAJIDA	25.141	30.071	(16,39)

Destinação do resultado de 2020 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2021, que, ao resultado do exercício de 2020, no montante de R\$9.741 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$487 mil sejam destinados para constituição de reserva legal;
- R\$2.314 mil para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$6.940 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao acionista controlador pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.194	19.042
Títulos e Valores mobiliários	4	2.807	-
Contas a receber de cliente	5	6.428	14.867
Impostos a recuperar	6	932	81
Depósitos vinculados	7	12.617	-
Outros ativos		-	9
TOTAL DO CIRCULANTE		36.978	33.999
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores mobiliários	4	631	-
Partes relacionadas	18	842	23.282
Impostos a recuperar	6	775	910
Impostos diferidos		24	-
Imobilizado	8	107.971	103.026
Intangível	8	12	18
Outros ativos		130	162
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		110.385	127.398
ATIVO TOTAL		147.363	161.397

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	3.182	1.131
Empréstimos e financiamentos	10	17.204	60.516
Impostos a recolher		550	937
Dividendos a pagar	13	2.314	-
Outras Obrigações		516	7
TOTAL DO CIRCULANTE		23.766	62.591
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos		-	28
Provisão para desmobilização de ativos	12	15.880	12.515
Provisão para contingências	11	27	-
Outros passivos		86	86
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.993	12.629
TOTAL DO PASSIVO		39.759	75.220
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		70.560	70.560
Adiantamento para futuro aumento de capital		15.275	1.275
Reservas de lucros		21.769	14.342
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		107.604	86.177
PASSIVO TOTAL		147.363	161.397

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	14	36.573	42.763
CUSTOS OPERACIONAIS	15		
Material		(910)	(1.263)
Serviços de terceiros		(4.681)	(3.141)
Depreciação e amortização		(9.225)	(9.206)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(2.275)	(2.368)
Provisão para contingências		(27)	-
Outros custos		(567)	(1.123)
		(17.685)	(17.101)
LUCRO BRUTO		18.888	25.662
DESPESAS OPERACIONAIS	15		
Pessoal e administradores		(391)	-
Serviços de terceiros		(489)	(545)
Outras despesas		(2.092)	(4.252)
		(2.972)	(4.797)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		15.916	20.865
Receitas financeiras	16	3.411	1.085
Despesas financeiras	16	(7.278)	(5.616)
		(3.867)	(4.531)
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos		12.049	16.334
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	17	(2.360)	(1.805)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	17	52	(104)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		9.741	14.425
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$		138,05	204,44

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.741	14.425
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>9.741</u>	<u>14.425</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")	Total
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	70.560	-	-	-	(83)	1.275	71.752
Lucro do exercício	-	-	-	14.425	-	-	14.425
Destinação do resultado:							-
Absorção de prejuízos	-	-	-	(83)	83	-	-
Reserva Legal	-	717	-	(717)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	13.625	(13.625)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	70.560	717	13.625	-	-	1.275	86.177
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	14.000	14.000
Lucro do exercício	-	-	-	9.741	-	-	9.741
Destinação do resultado proposta à AGO:							-
Reserva Legal	-	487	-	(487)	-	-	-
Dividendos Estatutários (R\$32,79 por lote de mil ações)	-	-	-	(2.314)	-	-	(2.314)
Reserva de retenção de lucros	-	-	6.940	(6.940)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	70.560	1.204	20.565	-	-	15.275	107.604

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do exercício	9.741	14.425
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 15)	9.225	9.206
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 10)	3.849	4.940
Impostos diferidos (Nota 17)	(52)	104
Juros sobre mútuos (Nota 16)	(2.841)	(438)
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 16)	(100)	-
Variação monetária - desmobilização de ativos (Nota 12)	3.365	625
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	2.125
Baixa de valor residual líquido de ativos	-	1.895
Reversão de provisão REIDI	-	(950)
Provisão para contingências (Nota 11)	27	-
Baixa líquida de ativo imobilizado e intangível (Nota 8)	4	-
	<u>23.218</u>	<u>31.932</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	8.439	(11.731)
Impostos a recuperar (Nota 6)	(716)	175
Outros ativos	41	343
	<u>7.764</u>	<u>(11.213)</u>
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 9)	2.051	99
Impostos a recolher	1.432	1.195
Contas a pagar – Eletrobras (Nota 5)	-	(3.373)
Outras obrigações	509	9
	<u>3.992</u>	<u>(2.070)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.819)	(544)
Juros pagos (Nota 10)	(554)	-
	<u>1.619</u>	<u>(2.614)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>32.601</u>	<u>18.105</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores mobiliários (Nota 4)	(3.438)	-
Adição ao Imobilizado e ao Intangível (Nota 8)	(14.168)	(6.813)
Depósitos vinculados (Nota 7)	(12.517)	6.965
Mútuo – Partes relacionadas (Nota 18)	25.281	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(4.842)</u>	<u>152</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.000	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 10)	(46.607)	-
Dividendos pagos	-	(446)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(32.607)</u>	<u>(446)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(4.848)</u>	<u>17.811</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	19.042	1.231
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	14.194	19.042
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(4.848)</u>	<u>17.811</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Praias de Parajuru, localizada no município de Beberibe, Estado do Ceará.

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 526/2002, com início de sua operação comercial em setembro/2009.

Em 20 de dezembro de 2018, a Central Eólica Praias de Parajuru S.A., passou a ser uma subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT).

O aproveitamento da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. é de 28,8 MW de potência instalada distribuídos em 19 aerogeradores, utilizando aerogeradores Vensys VS-70 de 1,5 MW, com torres de 85 metros de altura. Toda sua energia é comercializada através do PROINFA.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava como 17 aerogeradores em operação e 2 aerogeradores em manutenção, com previsão do reestabelecimento da totalidade da operação para o 1º semestre de 2021.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

a) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos; e
- diferimento dos recolhimentos de tributos, conforme autorização legal.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 16 de abril de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 11 – Provisões para riscos;
- Nota 12 – Provisão para desmobilização de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

Alinham a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição. As demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por essas alterações.

CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros

“Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge. As demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por essas alterações.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento. As demonstrações financeiras da Companhia não sofreram impactos em razão dessa alteração.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes. Essas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados, fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e contas a pagar à Eletrobras.

b) Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo da autorização de operação ao qual se refere. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, considerando o prazo do contrato de venda de energia, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

d) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor

recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

f) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, à receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos e à variação monetária da provisão para desmobilização de ativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Contas bancárias	4.788	2.610
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	9.262	16.432
Overnight (2)	144	-
Total	14.194	19.042

(1) Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi, em média, 96% em 2020 (entre 98% e 98,2% em 2019).

(2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 1,89% a.a. em 2020, e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2020	2019
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	456	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	1.735	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	611	-
Outros	5	-
	<u>2.807</u>	<u>-</u>
Não Circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	610	-
Debêntures	21	-
	<u>631</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u><u>3.438</u></u>	<u><u>-</u></u>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variaram entre 106% e 110% em 2020.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As Letras Financeiras que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 99,5% e 130% do CDI em 2020.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 2020.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 18 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONTAS A RECEBER – ELETROBRAS

	2020	2019
ATIVO		
Venda de energia faturada	5.322	6.473
Ajuste de energia de 2019 (a)	-	8.394
Ajuste de energia de 2020 (a)	1.106	-
Total do ativo	6.428	14.867

- (a) O ajuste de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada para venda à Eletrobras no ano corrente. O valor do ajuste de energia gerada ao final dos doze meses do ano corrente, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício.

	2020	2019
Energia gerada em MWh – não auditado	75.604	93.901
Energia faturada/contratada em MWh – não auditado	73.525	73.525
Ajuste de energia em MWh – não auditado	2.079	20.376
Ajuste de energia em R\$ mil	1.106	8.394

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 19.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2020	2019
IR a recuperar	337	718
CS a recuperar	12	72
Pasep a recuperar	104	35
Cofins a recuperar	479	164
ICMS a recuperar	775	2
Total	1.707	991
Circulante	932	81
Não circulante	775	910
Total	1.707	991

7. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2020
Conta reserva especial (a)	759
Conta reserva (b)	11.758
Atualização financeira	100
Total	12.617

Referem-se a obrigações contratuais do financiamento com a Caixa Econômica Federal, conforme discriminado abaixo:

- Conta reserva especial - precisa manter um saldo equivalente a R\$759, a ser constituído do segundo ao sexto mês após a entrada em operação.
- Conta reserva - precisa manter um saldo equivalente ao valor de três prestações mensais, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios.

Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou termo aditivo para o contrato de vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, que previa a liberação dos recursos contidos na Conta Reserva e Conta Reserva Especial, condicionada a utilização dos recursos para o custeio de despesas de manutenção e investimentos necessários para a troca e melhoria dos equipamentos e a celebração de contrato de fornecimento de solução tecnológica para troca e melhoria dos equipamentos de geração de energia. Os recursos foram resgatados em janeiro e maio de 2019. A Companhia retomou a constituição das contas reserva e reserva especial após o fim do período de 24 meses de carência.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	2020			2019		
	Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido	Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido
Intangível						
Licença de uso de software	32	(20)	12	32	(14)	18
Total do Intangível	32	(20)	12	32	(14)	18
Imobilizado em serviço						
Móveis e utensílios	37	(18)	19	42	(18)	24
Máquinas e equipamentos (1)	194.141	(107.170)	86.971	194.140	(97.951)	96.189
Imobilizado em curso	20.981	-	20.981	6.813	-	6.813
Total do Imobilizado	215.159	(107.188)	107.971	200.995	(97.969)	103.026
Total Imobilizado + Intangível	215.191	(107.208)	107.983	201.027	(97.983)	103.044

(1) Em 2020, a taxa média de depreciação da conta "Máquinas e equipamentos" é de 4,75% a.a. (4,74% a.a. em 2019). A vida útil estimada e os percentuais de depreciação foram revisados e adequados para refletirem o uso dos ativos imobilizados até o fim do período de autorização da Companhia. Essa revisão aumentou a despesa de depreciação em 2020, no montante de R\$304.

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2020	Adições Líquidas = (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2020
Intangível								
Outros	32	-	-	-	32	-	(20)	12
Total do Intangível	32	-	-	-	32	-	(20)	12
Imobilizado em serviço								
Máquinas e equipamentos	194.140	-	(3)	4	194.141	1	(107.170)	86.971
Móveis e utensílios	42	-	(1)	(4)	37	(5)	(18)	19
Imobilizado em curso	6.813	14.168	-	-	20.981	14.168	-	20.981
Total do Imobilizado	200.995	14.168	(4)	-	215.159	14.164	(107.188)	107.971
Imobilizado + Intangível	201.027	14.168	(4)	-	215.191	14.164	(107.208)	107.983

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

9. FORNECEDORES

	2020	2019
Materiais e Serviços	2.990	855
Encargos de uso da rede elétrica	192	276
Total	3.182	1.131

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moeda	Saldo em 2020			Saldo em 2019
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA NACIONAL							
Caixa Econômica Federal	Setembro/2021	TJLP + 2,50%	R\$	17.204	-	17.204	60.516
Total Geral				17.204	-	17.204	60.516

A composição consolidada dos empréstimos e financiamentos, por indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2021
Indexadores	
Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	17.204
Total Geral	17.204

O indexador utilizado para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos teve as seguintes variações:

Indexador	Variação Acumulada em 2020 (%)	Variação Acumulada em 2019 (%)
TJLP	(18,31)	(20,20)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	55.576
Variação Monetária	4.200
Encargos Financeiros provisionados	740
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.516
Variação Monetária	2.666
Encargos Financeiros provisionados	1.183
Encargos financeiros pagos	(554)
Amortização	(46.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.204

Garantias

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig GT da seguinte forma:

	2020
Recebíveis	17.204
TOTAL	17.204

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Caixa Econômica Federal poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar a segurança do crédito concedido, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento.

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida *	Manter Índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61%	Permanente (durante o período de amortização)
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61%	Permanente (durante o período de amortização)

(*) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = {Conta Reserva Especial (+) EBITDA (-) Imposto de Renda (-) Contribuição Social (+/-) Variação de Capital de Giro} / {(+) Amortização do Principal (+) Pagamento de Juros}.

Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru possuem *covenants* financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. O cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é considerado exigível durante o período de amortização.

Em 2020, a Companhia não atendeu à cláusula restritiva que trata do índice de cobertura do serviço da dívida. Não houve decretação do vencimento antecipado do financiamento em razão do não cumprimento dessa cláusula.

11. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia é parte dos seguintes processos judiciais e administrativos:

Trabalhistas

A Companhia é parte de ações movidas por seus empregados, as quais versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias e benefícios diversos, sendo que R\$27 foram provisionados em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de perda era considerada possível, sendo o valor da contingência de, aproximadamente, de R\$70.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$21.941 em 31 de dezembro de 2020 (R\$21.539 em 31 de dezembro de 2019).

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas relacionadas às áreas de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia, no montante estimado de R\$2.493 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.300 em 31 de dezembro de 2019).

12. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução Autorizativa ANEEL nº 526/2002, a Companhia está autorizada a operar até setembro de 2032. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2018	1.744
Amortização	(164)
Remensuração dos custos estimados (1)	4.751
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2019	6.331
Amortização	(490)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2020	5.841

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.139
Variação Monetária	625
Remensuração dos custos estimados (1)	4.751
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.515
Variação Monetária	3.365
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.880

(1) Para o ano de 2019, foi contratada uma empresa de engenharia especializada, que elaborou um relatório com os cálculos dos custos de remoção de toda a estrutura eletromecânica e civil do parque eólico.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$70.560, representado por 70.560.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Refere-se a recursos financeiros repassados pelos seus acionistas no montante de R\$15.275 em 2020 (R\$1.275 em 2019).

Para pagamento de gastos da Companhia referentes à fase de implantação do empreendimento, foram repassados pelos seus acionistas, à época, recursos financeiros no valor de R\$1.275.

Adicionalmente, em setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Cemig GT autorizou a realização de aportes na Companhia no valor de R\$14.000, realizados em outubro de 2020 e registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

A Companhia mantém o valor registrado como instrumento de patrimônio, em função de não haver intenção de devolução em caráter irretratável e irrevogável, bem como não existir qualquer tipo de indexação ou remuneração do montante prevista até a data de conversão.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2020	2019
Reservas de lucros		
Reserva legal	1.204	717
Reserva de Retenção de Lucros	20.565	13.625
	<u>21.769</u>	<u>14.342</u>

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$487 de Reserva Legal em 2020, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

O contrato de financiamento da Companhia com a Caixa Econômica Federal estabelece um limite de distribuição de dividendos de 25% do lucro líquido durante o período de financiamento. Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou termo aditivo para a repactuação da dívida com a Caixa Econômica Federal, incluindo as seguintes condições: (i) período de carência de 24 meses com a suspensão das amortizações mensais; (ii) durante o período de carência intermitente, todos os recursos que possam ser distribuídos a título de dividendos obrigatórios declarados ou não aos

acionistas, deverão ser retidos e ou reinvestidos para o custeio de despesas de manutenção e investimentos necessários para a troca e melhoria (*retrofit*) dos equipamentos.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei. Em 2020, limitou-se a distribuição de dividendos a 25% do lucro líquido, conforme restrição do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2020
Dividendos Obrigatórios	
Resultado do Exercício	9.741
Reserva Legal Constituída	(487)
	9.254
Dividendos Obrigatórios -25%	2.314

Destinação do resultado de 2020 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2021, que, ao resultado do exercício de 2020, no montante de R\$9.741, seja dada a seguinte destinação:

- R\$487 sejam destinados para constituição de reserva legal;
- R\$2.314 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$6.940 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros.

14. RECEITA

	2020	2019
Venda de energia	38.050	44.474
Deduções à receita operacional (a)	(1.477)	(1.711)
Receita Operacional Líquida	36.573	42.763

(a) Deduções à Receita Operacional

	2020	2019
PIS/COFINS correntes	(1.389)	(1.623)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	(88)	(88)
Total das deduções	<u>(1.477)</u>	<u>(1.711)</u>

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Serviços de terceiros	5.170	3.686
Material	910	1.263
Pessoal	391	-
Depreciação e amortização	9.225	9.206
Encargos de uso da rede básica de transmissão	2.275	2.368
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	2.125
Provisão para contingências	27	-
Baixa de valor residual líquido de ativos	-	1.895
Baixa de créditos tributários	1.285	-
Outros	1.374	1.355
	<u>20.657</u>	<u>21.898</u>
CUSTOS	17.685	17.101
DESPESAS	2.972	4.797
TOTAL	<u>20.657</u>	<u>21.898</u>

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	469	647
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	100	-
Juros sobre mútuos (nota 18)	2.841	438
Outras receitas financeiras	1	-
	<u>3.411</u>	<u>1.085</u>
Despesas Financeiras		
Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(3.849)	(4.940)
Variação monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(3.365)	(625)
Outras despesas financeiras	(64)	(51)
	<u>(7.278)</u>	<u>(5.616)</u>
Resultado Financeiro	<u>(3.867)</u>	<u>(4.531)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrado abaixo:

	2020	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	38.050	38.050
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.044	4.566
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	722	722
Outras receitas financeiras	2.842	2.842
Base de Cálculo Lucro Presumido	6.608	8.130
Alíquota	15%	9%
IR e CS	991	732
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	637	-
IR e CS - Total	1.628	732
Rendas não resgatadas	(153)	(153)
Alíquota	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos	(38)	(14)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.590	718
Corrente	1.628	732
Diferido	(38)	(14)

	2019	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	44.474	44.474
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.558	5.337
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	911	911
Outras receitas financeiras - Mútuo	438	438
Base de Cálculo Lucro Presumido	4.907	6.686
Alíquota	15%	9%
IR e CS	736	602
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	467	-
IR e CS - Total	1.203	602
Rendas não resgatadas	307	307
Alíquota	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos	76	28
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.279	630
Corrente	1.203	602
Diferido	76	28

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	501	-	-	-	(501)	-
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	506	-	-	-	(506)	-
Dividendos	-	-	2.314	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Central Eólica Volta do Rio								
Não Circulante								
Mútuo (3)	-	22.440	-	-	2.841	438	-	-
Notas de crédito (4)	842	842	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	144	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.807	-	-	-	26	-	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	631	-	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Em 2020, o Despacho Aneel 1.268/2020 permitiu a adesão da Companhia ao convênio. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Em outubro de 2020, a Companhia recebeu o empréstimo concedido à parte relacionada Volta do Rio. As operações de mútuo foram realizadas em 2018, no valor principal de R\$21.300, com custo de 125,52% do CDI.
- (4) Refere-se a reembolso de pagamentos de despesas com o serviço prestado pela WEG para recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas “Equivalentes de Caixa” e “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2020, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado de 2020 são demonstrados na tabela abaixo.

	2020
Remuneração	16
Participação nos resultados	6
Previdência privada	1
Planos de saúde e odontológico	-
Total	23

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Em 2020, o Despacho Aneel 1.268/2020 permitiu a adesão da Companhia ao convênio.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2020		2019	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Contas a receber de cliente	2	6.428	6.428	14.867	14.867
Títulos e Valores mobiliários	2	1.152	1.152	-	-
Partes relacionadas - Mútuo	2	-	-	22.440	22.440
Partes relacionadas - Notas de crédito	2	842	842	842	842
Depósitos vinculados	2	12.617	12.617	-	-
		<u>21.039</u>	<u>21.039</u>	<u>38.149</u>	<u>38.149</u>
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	2	9.406	9.406	16.432	16.432
Títulos e Valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	307	307	-	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	1.368	1.368	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1	611	611	-	-
		<u>11.692</u>	<u>11.692</u>	<u>16.432</u>	<u>16.432</u>
		<u>32.731</u>	<u>32.731</u>	<u>54.581</u>	<u>54.581</u>
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(3.182)	(3.182)	(1.131)	(1.131)
Empréstimos e financiamentos	2	(17.204)	(17.204)	(60.516)	(60.516)
		<u>(20.386)</u>	<u>(20.386)</u>	<u>(61.647)</u>	<u>(61.647)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2020 e 2019.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	9.406	16.432
Títulos e Valores Mobiliários	3.438	-
Partes relacionadas - Mútuo	-	22.440
Depósitos vinculados	12.617	-
	<u>25.461</u>	<u>38.872</u>
Passivos Financeiros		
Empréstimos e Financiamentos (TJPL + 2,5% a.a.)	(17.204)	(60.516)
	<u></u>	<u></u>
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	<u>8.257</u>	<u>(21.644)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2021, a taxa SELIC será de 3,00% e a TJLP será de 4,67%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50%, em relação ao cenário provável.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	2020 Valor contábil	2021		
		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
		TJLP 4,67% SELIC 3,00%	TJLP - 25% 3,50% SELIC - 25% 2,25%	TJLP - 50% 2,34% SELIC - 50% 1,50%
Ativos				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	9.406	9.688	9.618	9.547
Títulos e Valores mobiliários	3.438	3.541	3.515	3.490
Depósitos vinculados	12.617	12.996	12.901	12.806
	<u>25.461</u>	<u>26.225</u>	<u>26.034</u>	<u>25.843</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – TJLP	(17.204)	(18.007)	(17.806)	(17.607)
	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>
Ativo líquido exposto	<u>8.257</u>	<u>8.218</u>	<u>8.228</u>	<u>8.236</u>
Efeito líquido da variação das taxas de juros		<u>(39)</u>	<u>(29)</u>	<u>(21)</u>

Risco de Liquidez

Em 2020, a Companhia apresentou uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, empréstimos e financiamentos, e contas a pagar à Eletrobras, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	3.173	5	4	-	-	3.182
Empréstimos e Financiamentos	1.570	3.155	12.869	-	-	17.594
	<u>4.743</u>	<u>3.160</u>	<u>12.873</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.776</u>

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobrás no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Risco de vencimento antecipado de empréstimo e financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos da Companhia com a Caixa Econômica Federal, as quais estão mencionadas na nota explicativa nº 10.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar na redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

20. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se,

preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento Mensal
367,02	02/02/2002	02/02/2030	28 anos	2% da Receita Operacional

21. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro, com vigência até 18 de dezembro de 2021, para cobertura de riscos operacionais, sendo:

- R\$75.000 de indenização máxima contra danos materiais;
- R\$11.289 de indenização máxima para cobertura de lucros cessantes; e,
- R\$10.000 de indenização máxima para cobertura de responsabilidade civil.

22. ATAQUE CIBERNÉTICO

Em 25 de dezembro de 2020, a Companhia bem como o grupo econômico em que está inserida, sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações.

Nesse contexto, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações de recursos especializados para as equipes. Como parte das ações, foram tomadas medidas para combater o acesso e eventual uso indevido dos dados, incluindo investigações e auditorias dos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros.

Adicionalmente, foi realizada auditoria e avaliação forense do ataque sofrido e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital social

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em fevereiro de 2021, aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$15.275. Assim, o Capital Social da Companhia passa a ser de R\$85.835, representado por 85.834.843 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor Presidente

Alexandre Vidigal Pereira Pinto
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

Carolina Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora CRC-MG 77.839

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Praias de Parajuru S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2020, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2021.

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Central Eólica Praias de Parajuru S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0